

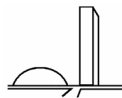
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
16/02/2016	1	OFS 86/2015	Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, da 2ª Região, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Votação nominal do Parecer nº 1174, de 2015, referente à indicação da Procuradoria-Geral da República, para submeter à apreciação do Senado o Senhor Rogério José Bento Soares do Nascimento para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Votou	Aprovado
16/02/2016	2	PEC 128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal.	Votação Nominal da Proposta de Emenda à Constituição nº 128/2015, (1º turno) e Emenda nº 01, que altera o artigo 167 da Constituição Federal.	Sim	
16/02/2016	3	MSF 82/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Votação nominal da Mensagem nº 82, de 2015	Votou	Aprovado
17/02/2016	1	MSF 7/2016	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General-de-Exército MARCO ANTÔNIO DE FARIAS, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Fernando Sérgio Galvão.	Votação nominal do Parecer nº 10, de 2016, referente à indicação do Senhor Marco Antônio de Farias para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.	P-NRV	Aprovado
17/02/2016	2	MSF 74/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.	Votação nominal da Mensagem SF nº 74, de 2015, referente à indicação do Senhor Zenik Krawctschuk, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.	Votou	Aprovado
17/02/2016	3	PEC 128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal.	Votação Nominal da Emenda nº 3 à PEC nº 128, de 2015.	Não	Aprovado
17/02/2016	4	PEC 128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal.	Votação Nominal da Emenda nº 4, nos termos da Subemenda do Relator, à PEC nº 128, de 2015.	Sim	Aprovado



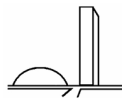
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
17/02/2016	5	PEC 128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal.	Votação Nominal em 2º turno da PEC nº 128, de 2015, com Emenda de Redação. "Altera a CF para estabelecer que a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, DF ou Municípios sem a previsão de repasses financeiros para seu custeio".	Sim	Aprovado
23/02/2016	1	MPV 692/2015	Altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT.	Votação nominal do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2015 (Proveniente da MPV nº 692/2015), que dispõe acerca do imposto sobre o ganho de capital no caso de alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e possibilitar a tributação de empresas coligadas no exterior como empresas controladas.	Sim	Aprovado
23/02/2016	2	PLS 131/2015	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção".	Votação nominal do RQS nº 78, de 2016, de extinção da urgência do PLS nº 131 de 2015.	Sim	Rejeitado
24/02/2016	1	PLS 131/2015	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção".	Votação nominal, em verificação, do substitutivo ao PLS 131/2015.	Não	
01/03/2016	1	MSF 79/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.	Votação nominal da MSF 79/2015 referente à indicação do senhor Luis Fernando de Andrade Serra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coréia.	P-NRV	Aprovado



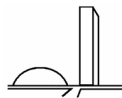
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
01/03/2016	2	MSF 80/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Votação nominal da MSF 80/2015 referente à indicação do senhor Gonçalo de Barros Mourão, Ministro da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Votou	Aprovado
02/03/2016	1	MPV 695/2015	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências.	Votação nominal dos Pressupostos de Relevância e Urgência que autoriza o BB e CEF adquirir participação em instituições financeiras; autoriza a Lotex a explorar os eventos de grande porte, as datas nacionais, etc, para aumentar a atividade comercial do produto.	Sim	
08/03/2016	1	MPV 693/2015	Altera a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e altera a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, para dispor sobre o porte de arma de fogo institucional pelos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.	Votação Nominal - PLV nº 2, de 2016, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e prorrogar a isenção de tributos na importação de equipamentos e materiais esportivos.	Sim	Aprovado
09/03/2016	1	MSF 15/2016	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do parágrafo único, "in fine", do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor JOEL ILAN PACIORNIK, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Juizes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Gilson Langaro Dipp.	Votação nominal referente à indicação do senhor Joel Ilan Paciornik para compor o Superior Tribunal de Justiça.	Votou	Aprovado
09/03/2016	2	MSF 16/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, da Constituição Federal, o nome do Doutor ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Sidnei Agostinho Beneti.	Votação nominal referente à indicação do senhor Antonio Saldanha Palheiro para compor o Superior Tribunal de Justiça.	Votou	Aprovado



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
09/03/2016	3	MSF 13/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Votação nominal referente à indicação do senhor Aurélio Cesar Nogueira Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Votou	Aprovado
09/03/2016	4	MSF 2/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.	Votação nominal referente à indicação do senhor Clemente de Lima Baena Soares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.	Votou	Aprovado
09/03/2016	5	MSF 6/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia.	Votação nominal referente à indicação do senhor Roberto Colin, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.	Votou	Aprovado
09/03/2016	6	MPV 696/2015	Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	Votação nominal do Requerimento de Impugnação dos arts. 12 a 14 do PLV 25/2015.	Sim	Aprovado
15/03/2016	1	PLS 555/2015	Dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.	Votação nominal da Emenda nº 107 ao PLS nº 555/2015.	AP	
15/03/2016	2	PLS 555/2015	Dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.	Votação nominal da Emenda nº 104 ao PLS nº 555/2015.	AP	



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
16/03/2016	1	PEC 3/2016	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas.	Votação nominal em 1º turno da PEC nº 3/2016, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (substitutivo) com adequação e Emenda nº 6 de parecer favorável.	Sim	Aprovado
16/03/2016	2	PEC 3/2016	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas.	Votação nominal em 2º turno da PEC nº 3/2016.	Sim	Aprovado
22/03/2016	1	MSF 5/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.	Votação nominal da MSF nº 5/2016, referente à indicação do Sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Croácia.	AP	Aprovado
22/03/2016	2	PEC 133/2015	Acréscena § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.	Votação nominal da PEC 133/2015, em segundo turno - Altera a Constituição Federal para estabelecer que o IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel.	AP	Aprovado
23/03/2016	1	MSF 3/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.	Votação nominal da MSF nº 3/2016 referente à indicação do Sr. Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na Costa Rica.	Votou	Aprovado



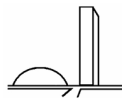
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
29/03/2016	1	MSF 8/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.	Votação Nominal da Mensagem nº 8, de 2016, referente à indicação so Sr. Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e na Moldova.	Votou	Aprovado
29/03/2016	2	MSF 23/2016	Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Votação nominal do Parecer nº 272/2016, referente à indicação do Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Votou	Aprovado
29/03/2016	3	MSF 21/2016	Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany's.	Votação nominal do Parecer nº 270/2016, referente à indicação do Sr. Juliano Alcântara Norman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Votou	Aprovado
29/03/2016	4	MSF 22/2016	Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Cláudio Passos Simão.	Votação nominal do Parecer nº 271/2016, referente à indicação do Sr. Hélio Paes de Barros Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Votou	Aprovado
29/03/2016	5	PLC 167/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Votação nominal do PLC nº 167/2015, referente a permissão para que o microempresário possa utilizar sua residência como sede da empresa.	Sim	Aprovado
29/03/2016	6	PLC 167/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Votação nominal da Emenda nº 2-Plen ao PLC 167/2015.	Não	Rejeitado
06/04/2016	1	PLS 78/2015	Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.	Votação nominal da Emenda nº 6-Plen (Substitutivo) ao PLS 78/2015.	Sim	Aprovado



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
06/04/2016	2	PLS 316/2015	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a aplicação de sanções ao Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal e para desobrigar o titular do Município de pagar despesas empenhadas no mandato do prefeito anterior, nos casos de perda de recursos que especifica.	Votação nominal do PLS 316/2015 (Complementar), que veda a aplicação de sanções ao Município que ultrapasse o limite para despesas total com pessoal e desobriga o titular do Município de pagar despesas empenhadas no mandato do prefeito anterior.	Sim	Aprovado
12/04/2016	1	PLS 316/2015	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a aplicação de sanções ao Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal e para desobrigar o titular do Município de pagar despesas empenhadas no mandato do prefeito anterior, nos casos de perda de recursos que especifica.	Votação nominal do PLS 316/2015.	Sim	Aprovado
13/04/2016	1	PEC 143/2015	Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Votação nominal da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo) com alteração proposta pelo relator à PEC 143/2015, em primeiro turno. Acrescenta os artigos 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Sim	Aprovado
13/04/2016	2	PEC 152/2015	Institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Votação nominal da PEC 152/2015, com Emenda nº 1-Plen, em primeiro turno, que institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	P-NRV	Aprovado
13/04/2016	3	PEC 152/2015	Institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Votação nominal da PEC 152/2015, segundo turno, que institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Sim	Aprovado
19/04/2016	1	MSF 17/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.	Votação nominal da Mensagem nº 17/2016, referente à indicação do Sr. Nedilson Ricardo Jorge, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.	Votou	Aprovado



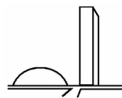
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
19/04/2016	2	MSF 9/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Mauritânia.	Votação nominal da Mensagem nº 9/2016, referente à indicação do Sr. Leonardo Carvalho Monteiro, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Mauritânia.	Votou	Aprovado
19/04/2016	3	MSF 14/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor Aldemo Serafim Garcia Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste.	Votação nominal da Mensagem nº 14/2016, referente à indicação do Sr. Adelmo Serafim Garcia Júnior, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste.	Votou	Aprovado
27/04/2016	1	MSF 24/2016	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Doutor PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Olympio Pereira da Silva Junior.	Votação nominal do Parecer nº 462/2016, referente à indicação do Sr. Péricles Aurélio Lima Queiroz para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.	Votou	Aprovado
10/05/2016	1	PRS 29/2016	Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez.	Votação nominal do PRS 29/2016, que dispõe sobre a perda de mandato do Senador Delcídio do Amaral.	Sim	Aprovado
11/05/2016	1	DEN 1/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item II); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).	Votação do Parecer em Plenário que conclui pela admissibilidade da denúncia, com a consequente instauração do processo de impeachment, com os votos contrários que menciona.	Não	



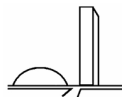
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
18/05/2016	1	MSF 36/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Doutor CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ, Defensor Público Federal no Distrito Federal, para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Haman Tabosa de Moraes e Córdova.	Votação nominal do Parecer nº 474, de 2016, referente à indicação do senhor Carlos Eduardo Barbosa Paz para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral Federal.	Votou	Aprovado
01/06/2016	1	PEC 159/2015	Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.	Votação nominal, em 1º turno, da PEC 159/2015, que altera o artigo 100 da CF e o ADCT, instituindo regime especial de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais (precatórios), para os casos em mora.	Sim	
07/06/2016	1	PLS 229/2009	Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.	Votação nominal, em primeiro turno, do Substitutivo ao PLS 229/2009.	Sim	
07/06/2016	2	PLS 229/2009	Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.	Votação nominal, em turno suplementar, do Substitutivo e das emendas ao PLS 229/2009.	P-NRV	
07/06/2016	3	MSF 51/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Ilan Goldfajn para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.	Votou	Aprovado
07/06/2016	4	PEC 159/2015	Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.	Votação nominal, em segundo turno, que altera o artigo 100 da CF e o ADCT, instituindo regime especial de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais (precatórios), para os casos em mora.	Sim	Aprovado



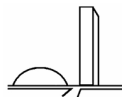
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
08/06/2016	1	MSF 18/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.	Votação nominal da MSF nº 18/2016, referente à indicação da Senhora Mitzi Gurgel Valente da Costa, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.	Votou	
14/06/2016	1	MSF 52/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Sérgio França Danese, Ministro de Primeira Classe do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.	Votou	Aprovado
14/06/2016	2	PEC 43/2012	Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.	Votação nominal, em primeiro turno, que altera a redação do inciso II do artigo 203 da Constituição Federal para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.	Sim	Aprovado
21/06/2016	1	PLC 125/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.	Votação nominal da Emenda nº 31 - Substitutivo.	Sim	Aprovado
21/06/2016	2	PLC 125/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.	Votação nominal da Emenda nº 10-Plen.	P-NRV	Aprovado
22/06/2016	1	MSF 53/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MÁRIO POVIA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.	Votação nominal do Parecer nº 568/2016, referente à indicação do Senhor Mário Povia para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq.	AP	Aprovado



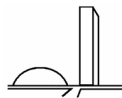
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
22/06/2016	2	OFS 9/2016	Encaminha, para compor o Conselho Nacional de Justiça no Biênio 2016/2018, a indicação do Superior Tribunal de Justiça do Ministro João Otávio de Noronha, conforme disposto no inciso II e no § 5º do art. 103-B da Constituição Federal.	Votação nominal do Parecer nº 569/2016, referente à indicação do Ministro João Otávio de Noronha para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do artigo 103-B da Constituição Federal.	AP	Aprovado
22/06/2016	3	PLC 125/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.	Votação nominal do destaque do art. 12 da Lei nº 123/2006.	AP	Aprovado
22/06/2016	4	PLC 125/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.	Votação nominal do destaque ao art. 18 da Lei nº 123/2006.	AP	Aprovado
28/06/2016	1	MSF 28/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Chipre.	Votação nominal da Mensagem nº 28/2016, referente à indicação do Sr. João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chipre.	AP	Aprovado
28/06/2016	2	PLC 125/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.	Votação nominal do Substitutivo ao PLC nº 125/2015 com emendas de parecer favorável (Turno Suplementar).	AP	Aprovado
29/06/2016	1	MSF 27/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.	Votação nominal da mensagem nº 27, de 2016, referente à indicação do Sr. José Carlos de Araujo Leitão, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.	Votou	Aprovado



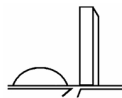
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
29/06/2016	2	PLC 7/2016	Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.	Votação nominal dos Requerimentos nºs 501 e 502/2016.	Não	Rejeitado
05/07/2016	1	MSF 58/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Votação nominal que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, o nome do Sr. Henrique Balduino Machado Moreira, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.	Votou	Aprovado
05/07/2016	2	MSF 54/2016	Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor REINALDO LE GRAZIE para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Votação nominal que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Sr. Reinaldo Le Grazie para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	P-NRV	Aprovado
05/07/2016	3	MSF 55/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor TIAGO COUTO BERRIEL para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Votação nominal que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Sr. Tiago Couto Berriel para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	P-NRV	Aprovado
05/07/2016	4	MSF 56/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor CARLOS VIANA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Votação nominal que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Sr. Carlos Viana de Carvalho para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Votou	Aprovado
05/07/2016	5	MSF 57/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Votação nominal que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Sr. Isaac Sidney Menezes Ferreira para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	P-NRV	Aprovado



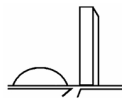
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
05/07/2016	6	MSF 43/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MÁRCIO FLORENCIO NUNES CAMBRAIA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.	Votação nominal referente à indicação do Sr. Márcio Florencio Nunes Cambraia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Tcheca.	Votou	Aprovado
05/07/2016	7	PEC 30/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	Votação nominal da PEC nº 30/2014 que altera a Constituição Federal com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	Sim	Aprovado
05/07/2016	8	PEC 30/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	Votação nominal das Emendas nºs 1-CCJ e 3-Plen que altera a Constituição Federal com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	Sim	Aprovado
06/07/2016	1	PEC 73/2015	Altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.	votação nominal em primeiro turno que altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que a entidade de representação de Municípios de âmbito Nacional possa propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de Constitucionalidade.	Sim	
06/07/2016	2	PEC 73/2015	Altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.	votação nominal em segundo turno que altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que a entidade de representação de Municípios de âmbito Nacional possa propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de Constitucionalidade.	P-NRV	



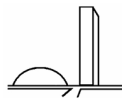
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
12/07/2016	1	PEC 30/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	Votação nominal da PEC 30/2014 - 2º turno, que altera a Constituição Federal com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.	Sim	Aprovado
12/07/2016	3	MSF 26/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.	Votação nominal da MSF 26/206, referente à indicação do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.	Votou	Aprovado
13/07/2016	1	MSF 59/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.	Votação nominal da MSF 59/2016	Votou	Aprovado
13/07/2016	2	MSF 44/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa.	Votação nominal da MSF 44/2016	P-NRV	Aprovado
13/07/2016	3	MSF 37/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.	Votação nominal da MSF 37/2016	P-NRV	Aprovado



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
09/08/2016	1	DEN 1/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item II); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).	Votação Preliminares arguidas pela defesa (itens 2.1.3 a 2.1.5 do parecer, destacado).	Não	
09/08/2016	2	DEN 1/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item II); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).	Votação nominal Parecer nº 726-2016, da Comissão Especial constituída para instruir a Denúncia nº 1, de 2016, por suposto crime de responsabilidade atribuído à Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, que conclui pela procedência das acusações.	Não	Aprovado
09/08/2016	3	DEN 1/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item II); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).	Votação nominal Pedaladas Fiscais referente à realização de operações de crédito com instiuição financeira controlada pela União ("pedaladas fiscais"), destacada.	Não	Aprovado
09/08/2016	4	DEN 1/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item II); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).	Votação nominal Decreto de 27.07.2015 referente à abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, por meio de Decreto de 27/07/2015 (Código 14244), no valor de R\$ 29.922.832,00, destacada.	Não	Aprovado
09/08/2016	5	DEN 1/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, art.10, item 4 e art. 11, item II); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei nº 1.079, de 1950, art. 11, item 3).	Votação nominal Decreto de 20.08.2015 referente à abertura de credito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, por meio do Decreto de 20/08/2015 (Código 14250), no valor de R\$ 600.268.845,00, destacada.	Não	

SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
16/08/2016	1	MSF 70/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Votação nominal da Mensagem nº 70/2016, referente à indicação do Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Votou	Aprovado
16/08/2016	2	MSF 66/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ANDRÉ MARTINS DE ARAÚJO, para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Votação nominal do Parecer 722/2016, referente à indicação do Sr. André Martins de Araújo para exercer o cargo de Diretor Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Votou	Aprovado
16/08/2016	3	MSF 68/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.	Votação nominal do Parecer nº 730/2016, referente à indicação do Sr. Mário Rodrigues Júnior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.	P-NRV	Aprovado
16/08/2016	4	MSF 67/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor HALPHER LUIGGI MÔNICO ROSA, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Votação nominal do Parecer nº 729/2016, referente à indicação do Sr. Halpher Luiggi Mônico Rosa para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	P-NRV	Aprovado
16/08/2016	5	MSF 79/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.	Votação nominal do Parecer nº 731/2016, referente à indicação do Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	P-NRV	Aprovado

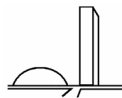
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
16/08/2016	6	MSF 71/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO SILVA DO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.	Votação nominal da Mensagem nº 71/2016, referente à indicação do Sr. Sérgio Silva do Amaral, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América.	P-NRV	Aprovado
16/08/2016	7	MSF 75/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe de Missão do Brasil junto à União Europeia.	Votação nominal da Mensagem nº 75/2016, referente à indicação do Sr. Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe de Missão do Brasil junto à União Europeia.	P-NRV	Aprovado
17/08/2016	1	MSF 73/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.	Votação nominal da Mensagem nº 73, de 2016, referente à indicação do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.	P-NRV	Aprovado
17/08/2016	2	MSF 61/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.	Votação nominal da Mensagem nº 61, de 2016, referente à indicação do Sr. Norton de Andrade Mello Rapesta, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.	Votou	Aprovado



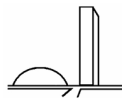
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
17/08/2016	4	MSF 72/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.	Votação nominal da Mensagem nº 72, de 2016, referente à indicação do Sr. Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.	P-NRV	Aprovado
17/08/2016	5	MSF 79/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.	Votação nominal da Mensagem nº 79, de 2016, referente à indicação do Sr. Antônio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.	P-NRV	Aprovado
17/08/2016	6	MSF 38/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.	Votação nominal da Mensagem nº 38, de 2016, referente à indicação do Sr. Flávio Helmond Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.	Votou	Aprovado
17/08/2016	7	MSF 46/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.	Votação nominal da Mensagem nº 46, de 2016, referente à indicação do Sr. Antônio Luis Espínola Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.	Votou	Aprovado
24/08/2016	1	MSF 77/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.	Votação nominal referente à indicação da Senhora Elisabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres.	Votou	Aprovado



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
24/08/2016	2	MSF 65/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Votou	Aprovado
24/08/2016	3	PLS 389/2015	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato, assim como o aumento de despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder.	Votação nominal que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato e após o final do mandato do titular do respectivo Poder.	Não	Aprovado
24/08/2016	4	PEC 31/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Votação nominal da PEC 31/2016, em primeiro turno que altera o ADCT para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Sim	Aprovado
24/08/2016	5	PEC 31/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Votação nominal da PEC nº 31/2016, em 2º turno que altera o ADCT para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Sim	
08/09/2016	1	MSF 76/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.	P-NRV	Aprovado
08/09/2016	2	MSF 60/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Paulinho Franco de Carvalho Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.	Votou	Aprovado



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
08/09/2016	3	MSF 63/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Eduardo Ricardo Grandilone Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.	Votou	
08/09/2016	4	MSF 78/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.	Votou	Aprovado
08/09/2016	5	MPV 726/2016	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	Votação nominal que altera as Leis nºs 10.683, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 11.890, de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 2016 (proveniente da MP nº 726, de 2016).	P-NRV	Aprovado
08/09/2016	6	MPV 727/2016	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.	Votação nominal que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 2003, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 727, de 2016).	Sim	Aprovado
13/09/2016	1	MSF 85/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.	Votação nominal da Mensagem nº 85/2016 referente à indicação do Sr. Marcel Fortuna Biato, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.	P-NRV	Aprovado

SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
19/09/2016	1	MPV 729/2016	Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.	Votação nominal do §5º do art. 4 do PLV nº 26/2016, referente ao apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro.	Sim	Aprovado
04/10/2016	1	MSF 87/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.	Votação nominal do Parecer nº 800/2016 referente à indicação do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.	AP	Aprovado
04/10/2016	2	MSF 86/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.	Votação nominal da Mensagem nº 86/2016 referente à indicação do Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.	AP	Aprovado
04/10/2016	3	MSF 83/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.	Votação nominal da Mensagem nº 83/2016 referente à indicação do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.	AP	Aprovado
01/11/2016	1	MPV 737/2016	Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.	Votação nominal do art. 2º do PLV nº 28/2016.	AP	

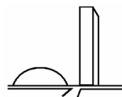
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
08/11/2016	1	MSF 88/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.	Votação nominal da Mensagem nº 88/2016, referente à indicação da Senhora Maria Nazareth Farani Azevêdo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.	Votou	Aprovado
09/11/2016	1	PEC 36/2016	Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.	Votação nominal do Substitutivo à PEC 36/2016, referente a autorização de distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.	Sim	Aprovado
09/11/2016	2	OFS 13/2016	Indicação do nome do advogado HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em virtude da renúncia do Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira.	Votação nominal do Parecer nº 804/2016, referente a indicação do Senhor Henrique de Almeida Ávila para compor o Conselho Nacional de Justiça nos termos do Art. 103-B da Constituição Federal.	Votou	Aprovado
22/11/2016	1	MSF 92/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Rodrigo de Azeredo Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.	P-NRV	Aprovado
22/11/2016	2	MSF 89/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.	Votação nominal referente à indicação da Senhora Márcia Maro da Silva, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Tunísia.	Votou	Aprovado



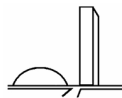
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
22/11/2016	3	MSF 95/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.	Votação nominal referente à indicação do Senhor Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.	Votou	Aprovado
23/11/2016	1	PEC 36/2016	Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.	Votação nominal que autoriza distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.	Sim	Aprovado
23/11/2016	2	PLS 405/2016	Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.	Votação nominal do Substitutivo.	Não	Aprovado
29/11/2016	1	OFS 25/2016	Submete o nome do Senhor FELIPE SCUDELER SALTO para o cargo de Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.	Votação nominal do Parecer nº 915/2016, referente à indicação do Senhor Felipe Scudeler Salto para o cargo de Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.	P-NRV	Aprovado
29/11/2016	2	PEC 55/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências (Teto dos Gastos Públicos).	P-NRV	Aprovado
29/11/2016	3	PEC 55/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Votação nominal do inciso II, do art. 105 do ADCT, constante no art. 1º da PEC 55/2016, destacado.	Não	
29/11/2016	4	PEC 55/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Votação nominal da Emenda nº 65-Plen.	Não	
29/11/2016	5	PEC 55/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Votação nominal da Emenda nº 64-Plen.	Não	



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
30/11/2016	1	MSF 106/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.	Votação nominal do Parecer nº 923/2016, referente à indicação do senhor Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.	Votou	Aprovado
13/12/2016	1	PEC 55/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Votação nominal da PEC nº 55/2016, em segundo turno, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências (Teto dos Gastos Públicos).	Sim	
13/12/2016	1	MSF 102/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor WILLIAM DIB, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky.	Votação nominal do Parecer 922/2016, referente à indicação do senhor William Dib para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do senhor Ivo Bucaresky.	P-NRV	Aprovado
13/12/2016	2	PEC 55/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Votação nominal do inciso VIII, do art. 104 ADCT, previsto no art. 1º da proposta, destacado.	P-NRV	
13/12/2016	2	MSF 91/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.	Votação nominal da Mensagem 91/2016, referente à indicação da Senhora Regina Maria Cordeiro Dunlop, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino dos Países Baixos.	P-NRV	Aprovado
14/12/2016	1	MSF 100/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.	Votação nominal da Mensagem 100/2016, referente à indicação da Senhora Maria Laura da Rocha, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.	Votou	Aprovado

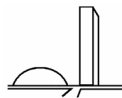
SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
14/12/2016	2	MSF 90/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.	Votação nominal da Mensagem 90/2016, referente à indicação do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.	Votou	Aprovado
14/12/2016	3	SCD 15/2015	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 366-B de 2013, do Senado Federal (PLS 386/2012 na Casa de origem), que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa); e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.	Votação nominal do SCD 15/2015, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados, e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios.	Sim	Aprovado
14/12/2016	4	PLC 54/2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.	Votação nominal da Emenda nº 26-Plen (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2016.	Não	Aprovado
14/12/2016	5	PLC 54/2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.	Votação nominal do art. 4º do Substitutivo (Emenda nº 26 - PLEN) ao PLC nº 54, de 2016 (Destacado).	P-NRV	Aprovado
14/12/2016	6	PLC 54/2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.	Votação nominal do art. 15º do Substitutivo (Emenda nº 26 - PLEN) ao PLC nº 54, de 2016 (Destacado).	P-NRV	Aprovado



SENADOR: Telmário Mota

PARTIDO: PDT

UF: RR

Ano: 2016

DATA	Nº	MATÉRIA		DESCRIÇÃO	VOTO	RESULTADO
		(tipo/nº/ano)	(ementa)			
14/12/2016	7	MSF 107/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Votação nominal do Parecer 992/2016, referente à indicação do Senhor Décio Fabrício Oddone da Costa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	P-NRV	Aprovado
14/12/2016	8	MSF 108/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Votação nominal do Parecer 993/2016, referente à indicação do Senhor Felipe Kury para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	P-NRV	Aprovado
14/12/2016	9	MSF 98/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.	Votação nominal da Mensagem 98/2016, referente à indicação do Senhor Vilmar Rogerio Coutinho Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.	P-NRV	Aprovado
14/12/2016	10	MSF 99/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.	Votação nominal da Mensagem 99/2016, referente à indicação do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana de Malta.	P-NRV	Aprovado